

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

21º Boletim de Acompanhamento

27 de novembro de 2020

Nesta semana será divulgado o vigésimo primeiro boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

No dia 24 de novembro de 2020, foi realizada audiência pública referente ao acompanhamento mensal da Comissão com relação às ações do Ministério da Economia. Foram convidados para essa audiência os Senhores Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, e o Senhor Felipe Scudeler Salto, Diretor do Instituto Fiscal Independente. Participaram também os Senhores Bruno Funchal, Secretário do Tesouro Nacional, e George Soares, Secretário da Secretaria de Orçamento Federal.

Em sua apresentação, o Senhor Waldery Rodrigues Júnior fez as seguintes ponderações:

- A transparência e o controle das despesas públicas foram prioridades do Ministério da Economia durante a pandemia;
- O Brasil gastou, ou tem comprometido até agora, um valor da ordem de 8,6% do PIB. Essa ação, até agora, resulta em R\$615,1 bilhões como impacto primário feito nesses cerca de nove meses, de março até agora, no enfrentamento à Covid. Do lado da receita, foram R\$27,5 bilhões, o que representa 4,5% do esforço total. Já sob a ótica da despesa, R\$587,5 bilhões, que representam quase 96% do total;
- Pelo lado da receita, a redução temporária do IOF crédito, no valor aproximado de R\$ 20,4 bilhões é a mais relevante. Nas despesas, o Auxílio Emergencial com R\$ 321,8 bilhões foi a mais significativa e que trouxe como externalidade positiva a bancarização de milhões de brasileiros. Além disso, foram investidos quase R\$ 100 bilhões em ações de ampliação de crédito. Destacam-se o PESE, de R\$17 bilhões (executado R\$7,3 bilhões), Pronampe, de R\$27,9 bilhões (executados empréstimos de R\$32,8 bilhões em função da alavancagem das garantias); Peac-FGI, de R\$20 bilhões (executados R\$83,2 bilhões em função da alavancagem das garantias); e o Peac-Maquinhinhas que tem potencial de até R\$ 10 bilhões (executado menos de R\$ 1 bilhão até agora);
- O Conselho Monetário Nacional se reuniu ordinariamente 8 vezes e extraordinariamente 14 vezes neste período para deliberar ações de reaquecimento da economia;
- A Arrecadação dos Estados e Municípios já se recuperou com relação ao ano passado;

- A estimativa para a dívida bruta é que chegue a 94,4% do PIB ao final do ano, contra 75,8% no ano passado. A dívida líquida deve chegar a 66,5% do PIB contra 55% ao final de 2019;
- Déficit primário é estimado em 11,9% do PIB para o Setor Público e o nominal em 16,5% do PIB, assumindo uma queda do PIB de 4,5%;
- É preciso avançar na agenda de reformas estruturantes tais como o programa de concessões e privatizações; a PEC do pacto federativo, a PEC 188, a liberalização comercial, a agenda de redução de subsídios, a reforma administrativa, a reforma tributária, os novos marcos legais para a infraestrutura, a Lei de Falências e Recuperação Judicial, dentre outras;
- Há uma preocupação com relação ao encurtamento dos prazos médios da dívida pública, já que as novas emissões estão sendo predominantemente em instrumentos de curto-prazo.

O Senhor Felipe Scudeler Salto abordou os seguintes aspectos em sua apresentação:

- A dívida bruta deve encerrar o ano em 93,1% do PIB, o que é um patamar bastante alto em relação ao ano passado, quando encerrou em 75,8%;
- A maior preocupação no curto prazo é a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA, que já foi apresentada utilizando o limite do teto dos gastos, mas que poderá ter que incorporar novas despesas como alguma extensão do Auxílio Emergencial, despesas com os programas de vacinação, dentre outras. Além disso, a falta de uma meta primária está sendo questionada pelos órgãos de controle. No médio prazo, a preocupação é com relação às estratégias de reequilíbrio da relação dívida/PIB;
- A previsão do IFI para o PIB é uma queda de 5% este ano, vis-à-vis os 4,5% do Ministério da Economia. Para 2021 projeta-se um crescimento de 2,8%;
- O mercado de trabalho ainda guarda uma série de precariedades, porque o número de pessoas ocupadas deve terminar o ano em 8,8%, enquanto as estimativas de recuperação em 2021 são de apenas 1,8%, o que vai levar a uma recuperação lenta da economia;
- Entre os setores, a indústria e o comércio apresentam uma recuperação mais pujante, enquanto o setor de serviços ainda apresenta uma trajetória mais gradual de recuperação;
- O PIB nominal, para o final de 2020, era projetado em R\$6,917 trilhões e agora é projetado em R\$7,139 trilhões.
- O déficit primário que antes era projetado em R\$ 877,8 bilhões agora foi revisado para R\$779,8 bilhões, em função do aumento da receita;
- O IFI projeta uma dívida pública superior a 100% do PIB em 2024, mas em um dos cenários projetados - o cenário pessimista – a dívida pode atingir 156% do PIB até 2030, o que seria uma trajetória de alta exponencial muito preocupante. Esses números são preocupantes porque com eles o país deixa de poder conviver com juros mais elevados do que os atuais e que deverão estar presentes a partir da recuperação de nossa economia;
- A precificação da parte mais longa da curva de juros da dívida pública continua em alta o que reflete uma percepção dos agentes de que pode haver baixo crescimento econômico e maior inflação no médio prazo;
- Há uma grande preocupação com os gastos discricionários com relação ao PIB, que em função do teto dos gastos e das novas despesas irão entrar em 2021 bastante pressionados;

- É preciso regulamentar as medidas fiscais a serem disparadas em caso de rompimento do teto dos gastos;
- O esforço fiscal para estabilizar a dívida em 100% do PIB é da ordem de 1,2% do PIB. Partindo de um déficit de 2,7%, isso traria a uma consolidação fiscal de 3,9% do PIB ou R\$ 327,1 bilhões em quatro anos, algo muito difícil de ser feito sem medidas tanto do lado das receitas quanto das despesas;
- É preciso aprofundar a discussão sobre a harmonização das regras fiscais em nosso país;
- Não existe uma dicotomia entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. A primeira deve ser um instrumento para que o Estado possa se capacitar ao longo do tempo a prover políticas públicas eficientes;

Também falaram na reunião, os Senhores Bruno Funchal, Secretário do Tesouro Nacional e o Senhor George Soares, Secretário da Secretaria de Orçamento Federal. As contribuições do Senhor Bruno Funchal foram:

- A incerteza gerada pela situação fiscal está levando a um encurtamento dos prazos de emissão da Dívida Pública Federal e do próprio estoque da dívida pública;
- É preciso desvincular os recursos orçamentários para tornar a gestão fiscal mais eficiente;
- A situação dos Estados e Municípios em 2021 será facilitada por medidas como a proibição de concessão de aumentos salariais para os servidores;
- É preciso ter uma rampa de acesso para as famílias ao mercado de trabalho, de forma a reduzir a importância de programas assistenciais do Governo;
- A agenda de privatizações tem o benefício de reduzir a dívida pública, mas também de aumentar a eficiência da economia;
- A prestação de contas das despesas executadas pelos estados será, em grande parte, dos próprios Tribunais de Contas Estaduais.

Ao final, o Senhor George Soares fez, entre outras, a seguinte ponderação:

- Historicamente a dotação mensal de um doze avos, nos momentos em que o orçamento foi aprovado no ano de sua execução, tem sido suficiente para as despesas do início do ano;

SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA SAÚDE

No dia 25 de novembro de 2020, o Ministério da Saúde registrou 6.166.606 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 170.769 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 81,3. Nessa mesma data, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registrou 5.512.847 pessoas curadas da Covid-19. Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas.



2.1 INFORMAÇÕES DIVULGADAS PELA IMPRENSA:

Segundo dados de 25 de novembro de 2020, a imprensa noticiou 170.832 mortes e 6.170.827 casos confirmados de COVID – 19. O novo coronavírus subiu nos seguintes Estados: RS, SC, ES, MG, RJ, SP, GO, AC, AM, RR, CE e SE. Manteve-se estável no: DF, MS, PA, RO, BA, MA, PB e PE. E, por fim, caiu nos seguintes Estados: PR, MT, AP, TO, AL, PI e RN.

2.1.1. Cenário de 19 a 26 de novembro de 2020.

No cenário nacional, no dia 20 de novembro foi registrado alta de 77% na média de casos de Covid-19, tendo a média móvel de novas mortes por dia subido 54% em relação aos óbitos registrados em duas semanas. Em 26 de novembro, depois de duas quedas consecutivas, a média móvel de mortes por Covid-19 no Brasil voltou a subir e chegou a 486. Nas últimas 24 horas o país registrou 691 novas mortes.

No cenário internacional, em 21 de novembro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que a Europa provavelmente enfrentará uma terceira onda da pandemia do novo coronavírus no início de 2021, se não seguir as medidas corretamente.

No cenário mundial, segundo dados da Universidade Johns Hopkins, até o dia 26 de novembro, o número de casos de coronavírus chegou a 60.796.766 e o número de mortes foi de 1.428.671.

2.1.2. Estoque de testes do tipo RT-PCR para Covid-19.

De acordo com apuração do Conselho Nacional de Saúde – CNS, feita por meio do Sistema Integrado de Administração de Material (Sismat), recentemente foram compradas 6.577.900 reações de RT-PCR com vencimento entre 21/12/2020 e 20/03/2021, totalizando um valor de R\$ 280.796.489,14 (duzentos e oitenta milhões, setecentos e noventa e seis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos). Segundo o CNS, verificou-se ainda que também foram adquiridos, por meio do 7º Termo de Ajuste (TA) ao 84º Termo de Cooperação Técnica (TCT), 10.000.000 reações do kit RT-PCR. Dessas, até o momento, foram distribuídas 3.417.100 reações.

O Conselho Nacional de Saúde alerta que a grande quantidade de exames com curto prazo para distribuição pode levar ao desperdício do material.

2.1.3. País aguarda plano de vacinação para Covid-19.

Apesar de o Governo já ter divulgado algumas informações gerais, o país ainda segue sem a concretização de um Plano Nacional de vacinação para Covid-19. Até o momento falta clareza quanto ao estoque de insumos – seringas, agulhas, materiais de embalagens –, treinamento dos profissionais, transporte e perfis dos grupos de risco e com qual cronograma cada grupo será vacinado ao longo do ano que vem.

2.2. PESQUISA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO.

2.2.1. Levantamento da Fiocruz aponta 15 estados com tendência moderada ou forte de alta de casos de Covid-19.

De acordo com o levantamento semanal feito pela Fiocruz, entre os dias 8 a 14 de novembro, os estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo apresentam tendência moderada ou forte de alta de casos de Covid-19.

Cada um desses 15 estados tem pelo menos uma macrorregião com aumento de notificações de doenças respiratórias (e por extensão, de Covid-19). Em Minas Gerais, há alta em 7 das 14 áreas do Estado. Em São Paulo, em 10 das 17. Em Santa Catarina, em 5 das 7. Na Bahia, em 1 das 9, mas esta é a mais populosa do Estado por incluir a capital Salvador.

As dez capitais com tendência de alta são: Belo Horizonte, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Natal, Palmas, Rio Branco, São Luís, Vitória e região central do Distrito Federal.

2.2.2. Taxa de transmissão da Covid-19 no Brasil é a maior desde maio, aponta Imperial College.

A taxa de transmissão (Rt) do novo coronavírus para esta semana no Brasil é a maior desde maio, aponta monitoramento do Imperial College de Londres, no Reino Unido. A

atualização da estimativa foi divulgada nesta terça-feira (24).

O relatório mostra que o índice está em 1,30. Isso significa que cada 100 pessoas contaminadas transmitem o vírus para outras 130 pessoas. A última vez que a taxa de transmissão no Brasil esteve tão alta foi na semana de 24 de maio, quando atingiu 1,31. Depois de ficar abaixo de 1 por cinco semanas seguidas – entre o final de setembro e o final de outubro –, a taxa no Brasil voltou a ficar acima de 1 no início de novembro.

2.2.3. Vacina de Oxford: Laboratório admite fazer novos testes de eficácia.

A AstraZeneca, farmacêutica que desenvolve a vacina de Oxford contra a covid-19 junto à Universidade de Oxford, admitiu que a eficácia obtida de 90%, com a administração de meia dose seguida de uma dose completa um mês depois, ocorreu após um erro.

O CEO da farmacêutica AstraZeneca, Pascal Soriot, afirmou, em 26 de novembro, que será necessário ampliar o estudo da vacina contra a covid-19, depois dos questionamentos levantados sobre o grau de proteção do imunizante.

2.2.4. Mapa das vacinas em teste no Brasil.

Segundo dados da ANVISA, de 25/11/2020, são quatro vacinas em teste no país.

Confira cada uma delas:

2.2.5. ATIVIDADES IMPORTANTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Nesta semana, a Saúde participou de audiência pública na Câmara dos Deputados para esclarecer prazos de testes RT-PCR. O secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Medeiros, e o diretor do Departamento de Logística da Pasta, Roberto Ferreira Dias, prestaram esclarecimentos a parlamentares sobre testes RT-PCR cujos prazos de validade cartorial datam entre dezembro deste ano e março de 2021.

Segundo o secretário, o Ministério recebeu devolutiva da fabricante coreana Seegene atestando a extensão, por período adicional de 4 meses, da validade dos testes dos cerca de 7 milhões de kits estocados no Centro de Distribuição da Pasta, em Guarulhos. O relatório da empresa fornecedora deverá ser encaminhado à Anvisa para avaliação técnica sobre a aplicação do prazo estendido aos insumos em caráter de urgência. Medeiros frisou que o Ministério da Saúde acompanha com atenção e cuidado todos os prazos de insumos adquiridos para combate à pandemia. O estudo de estabilidade das amostras para extensão da validade cujo resultado foi enviado hoje à Pasta foi solicitado ainda em 3 de novembro, após alerta de que algumas amostras poderiam perder os prazos. O procedimento é padrão para produtos médicos e hospitalares e visa garantir a segurança e a qualidade dos insumos para além da data estipulada pela fabricante, sem prejuízo de eficácia.

Conforme os dados, dos 7.077.900 testes a vencer armazenados, cerca de 2,8 milhões possuem prazo para dezembro deste ano. Os outros se dividem entre janeiro, fevereiro e março do ano que vem.

O secretário também informou que, embora as datas de validade estampadas nas embalagens dos produtos acusem a proximidade do vencimento, os componentes dos kits apresentam datas diferentes de validade, que variam de outubro de 2021 a 2023. “O teste não é feito pela caixa. E sim pelos componentes”, frisou o secretário, ao expor a divergência de prazos aos presentes.

O chefe da SVS esmiuçou os pormenores da estratégia de testagem da população - o Diagnosticar para Cuidar, lançado em junho passado - e abriu os números das aquisições de kits de amostras.

Ao todo, o Ministério da Saúde adquiriu 23.546.576 testes moleculares para detecção da Covid-19, dos quais 15.895.160 foram entregues. Os mais de 7,6 milhões excedentes, resultantes de uma compra junto à Fiocruz/ Biomanguinhos, não foram produzidos até o

momento porque, segundo o secretário, houve uma avaliação, em junho, época da entrega, de que a estratégia de testagem em andamento não absorveria, naquele momento, o quantitativo total. Essa parcela de kits segue à disposição do Ministério para distribuição em momento oportuno, conforme a demanda dos estados e municípios e o momento epidemiológico da Covid-19.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-participa-de-audiencia-publica-para-esclarecer-prazos-de-testes-rt-pcr>.

2.3. CONCLUSÃO

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Entretanto, o cenário nacional ainda apresenta alta no número de casos de covid-19 e na média móvel de mortes em vários estados. Mais de 171 mil vidas já foram perdidas para a COVID-19 no país. Alguns municípios voltaram a registrar elevadas taxas de ocupação de leitos de enfermaria e de UTI. Requerendo, assim, reforço da atuação do Ministério da Saúde nas ações coordenadas de âmbito nacional, no fortalecimento das medidas sanitárias preventivas contra a Covid-19 e na consolidação do futuro Protocolo Vacinal contra a Covid-19, necessário para organizar a rede e preparar o Programa Nacional de Imunizações – PNI, a fim de disponibilizar o futuro imunizante no Sistema Único de Saúde – SUS.

SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA ECONOMIA

3.1. VALORES AUTORIZADOS E EXECUÇÃO FINANCEIRA

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 605,4 bilhões em 24/11/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 487,8 bilhões (80,6% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados desde maio, por tipo de crédito orçamentário.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

TIPO DE CRÉDITO	R\$ milhões						
	MMAI/2020	JJUN/2020	JJUL/2020	AAGO/2020	SSET/2020	OOOUT/2020	NNOV*/2020
Créditos Extraordinários							
DDotação	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8	603.653,3	603.979,6	603.979,6
Pago	113.793,8	210.978,1	273.715,2	366.793,1	440.366,3	469.463,3	487.192,1
% Execução	35,7%	52,2%	53,7%	71,7%	73,0%	77,7%	80,7%
Créditos Iniciais							
DDotação	253,6	327,5	690,1	703,5	749,8	1.282,3	1.398,4
Pago	80,0	23,7	56,6	111,9	193,0	222,9	581,2
% Execução	30,2%	70,2%	80,2%	15,9%	25,7%	17,4%	41,6%
Total							
DDotação	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.977,4	604.403,1	605.261,8	605.377,9
Pago	113.801,8	211.001,8	273.771,8	366.904,9	440.559,3	469.686,2	487.773,2
EExecução	35,6%	52,2%	53,7%	71,7%	72,9%	77,6%	80,6%

* Data da última extração do SIAFI: 24/11/2020

Importa registrar que, durante a reunião desta Comissão ocorrida em 24/11/2020, foi aprovado o Requerimento nº 78/2020-CN-Covid19, de 17 de novembro de 2020, de autoria deste Sub-Relator, que requer a prestação de informações, pelo Ministério da Economia, acerca dos critérios técnicos adotados para o registro contábil e orçamentário decorrente da perda de eficácia de medidas provisórias que abrem créditos orçamentários extraordinários, com o objetivo de refinar as consultas orçamentárias que subsidiam o acompanhamento desta Comissão, além de contribuir para o aprimoramento das discussões realizadas no âmbito do próprio Poder Legislativo sobre a matéria. O Requerimento foi endereçado ao Ministério da Economia, na mesma data, por meio do Ofício nº 173/2020/CN-COVID19.

A Tabela 2, em complemento, detalha a execução financeira dos créditos extraordinários

em nível de ações orçamentárias.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

				RR\$ 1
Ações orçamentárias	Autorizado	Pago	% Executado	
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240.000.000,0	229.578.613.152,3	90,3%	
00SF - Auxílio Emergencial Residual	67.600.886.209,0	45.886.981.691,0	67,9%	
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189.488.452,0	60.148.914.730,3	99,9%	
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641.629.500,0	30.735.405.325,8	59,5%	
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	49.885.590.370,0	40.265.516.161,0	80,7%	
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000.000.000,0	6.806.766.252,0	20,0%	
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	27.900.000.000,0	27.900.000.000,0	100,0%	
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000.000.000,0	20.000.000.000,0	100,0%	
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000.000.000,0	15.097.854.814,7	94,4%	
00SG - Aporte ao BNDES para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito PEAC – Maquininhas	10.000.000.000,0	5.000.000.000,0	50,0%	
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000.000.000,0	1.273.699.427,9	25,5%	
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037.598.000,0	369.285.445,0	12,2%	
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000.000.000,0	2.999.836.049,3	100,0%	
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900.000.000,0	900.000.000,0	100,0%	
20TP - Ativos Cíveis da União	320.112.746,0	15.123.258,1	4,7%	
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160.000.000,0	160.000.000,0	100,0%	
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43.059.135,0	34.152.216,0	79,3%	
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.049.729,0	19.174.076,0	83,2%	

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20.000.000,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18.147.908,0	751.802,7	4,1%
Total	603.979.562.049,0	487.192.074.402,0	80,7%
Data da última extração do SIAFI: 24/11/2020.			
Os valores autorizados não contemplam o efeito da perda de eficácia de medidas provisórias, tal como ocorreu no caso da MPV 943, de 3 de abril de 2020, que havia autorizado R\$ 34,0 bilhões em favor da ação "00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial". Conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 100, de 2020, a MPV 943/2020 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de julho de 2020. Até essa data, só haviam sido empenhados R\$ 17,0 bilhões no âmbito da ação 00S5.			

SUB-RELATORIA SISTEMA FINANCEIRO E CRÉDITO

4.1. Projetos Legislativos

Foi aprovado nesta semana, no Senado Federal, o PL no 4.458, de 2020, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência empresarial. O Projeto foi relatado pelo Senador Rodrigo Pacheco e foi aprovado com emendas de redação, seguindo para sanção presidencial.

Um dos principais objetivos é o de acelerar a conclusão do processo de falência, que deve ocorrer no prazo de 180 dias de acordo com a nova Lei. O Projeto também regulamentou os empréstimos realizados para o devedor que se encontra em fase de recuperação judicial.

A aprovação deste Projeto é um marco importante, especialmente neste momento de crise, dando maior proteção aos credores, bem como maior celeridade ao processo de falência. Também autoriza os produtores rurais que atuam como pessoa física a pedirem recuperação judicial.

O Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (Conampe), em audiência pública no dia 13 de outubro, deste ano, na Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeiras das medidas relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), apontou a importância de se aprovar uma recuperação judicial simplificada e de seus impactos positivos sobre a economia brasileira.

4.2. Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 46ª semana de 2020, foram liberados R\$ 1.384,9 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 1.200,7 bilhões, o que corresponde a um aumento de 15,3%. Para as pessoas físicas, até a 46ª semana de 2020, foram liberados R\$ 628,1 bilhões, ante R\$ 588,3 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 6,8%. Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 46ª semana de 2020 alcançou R\$ 2.012,9 bilhão, ante R\$ 1.789,1 bilhão em 2019. Um aumento de 12,5%. A evolução dos dados do BC é resumida nos gráficos e tabelas a seguir:

--	--	--

4.3. Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até o S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Novas concessões de crédito - dados acumulados de 16/3 a 20/11/2020 (Banco Central)

* Inclui rolagem integral de operações de crédito, inclusive com crédito novo, bem como renegociações com alteração de prazo, taxa de juros e garantias.

(1) Bancoob, Credicoamo e sistemas Sicoob, Sicredi, Cresol, Unicred, Uniprime e Ailos.

(2) Inclui debêntures no total de R\$53.721 milhões.

(3) Inclui programas governamentais para o crédito em função da Crise Covid-19.

- Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais

De acordo com dados fornecidos pelo Banco Central até 20 de novembro, os distintos programas governamentais de crédito já liberaram mais de R\$ 135,3 bilhões em mais de 716 mil operações.

No caso do CGPE excetuam-se as operações inseridas também nos programas PESE ou PRONAMPE.

na conversão da MP 975 na Lei 14.042, foi incluída a possibilidade de apoio a empresas com faturamento superior a R\$300 MM, via agências de fomento, para mitigação de impactos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública (art. 31).

O PEAC-maquinhas entrou em operação em outubro. A expectativa é a de que o programa consiga atender a um número relevante de micro e pequenas empresas, que são justamente as mais vulneráveis na crise atual. Até 20 de novembro foram liberados mais de R\$ 479 milhões para as MEI, microempresas e empresas de pequeno porte. As operações classificadas e elegíveis como CGPE, discriminadas por porte da instituição que recebe o recurso se encontram na tabela abaixo. As pequenas empresas até 13 de novembro de 2020 receberam apenas R\$ 559,8 milhões dos R\$ 16,7 bilhões que foram destinados ao Programa.

A Medida Provisória no 992, de 16 de julho de 2020, que regulava o CGPE teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de novembro de 2020.

O BNDES publica em sua página da internet os valores que foram objeto de financiamento para os outros programas de crédito em que atua. A Tabela abaixo (atualizada em 23 de novembro de 2020) apresenta os dados dos programas de crédito para folha de pagamento – PESE, suspensão de pagamentos (standstill), conta-Covid (crédito a distribuidoras de energia), crédito a empresas do setor audiovisual, crédito a cadeias produtivas, plano emergencial para saúde, matchfunding salvando vidas e suspensão de pagamentos (standstill) a estados e municípios.

Dados do portal do empreendedor ainda mostram que o Programa BNDES Giro já contratou créditos no volume de R\$ 3,463 bilhões com 22.771 contratos (dados até 19 de novembro de 2020).

O Fampe - Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas - avalizou, por sua vez, R\$ 2,32 bilhões, com 32.640 contratos (atualizado pela última vez em 19 de outubro de 2020).